



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Conselho de Políticas e Gestão  
do Meio Ambiente*

---

**I Encontro de Avaliação da Efetividade  
de Gestão e Implementação das  
Unidades de Conservação Estaduais**

---



---

**RPPN Serra das Almas**

**Cratêus-CE,**

**2012**

---



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Conselho de Políticas e Gestão  
do Meio Ambiente*

**Presidência**

Bruno Vale Sarmiento de Menezes

**Vice-Presidência**

Afonso Cordeiro Torquato Neto

**Secretaria Executiva**

João Paulo Saraiva Cavalcante

**Coordenadoria de Biodiversidade - Cobio**

Luiz André de Almeida Santos Rocha

**Realização**

Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente - CONPAM  
Coordenadoria de Biodiversidade - Cobio

**Comissão Organizadora**

Adriano Sales Coelho  
Andréa de Sousa Moreira  
João Rafael Muniz Silva  
Karoline Moreira Gomes  
Leonardo Hislei Uchôa Monteiro  
Ramon Nantes Donatti

**Mediação**

Maria Tacianne Lima Araújo

**Revisão Final**

Andréa de Sousa Moreira  
João Rafael Muniz Silva  
Leonardo Hislei Uchôa Monteiro  
Hermógenes Henrique Oliveira Nascimento



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Conselho de Políticas e Gestão  
do Meio Ambiente*

**Equipe Técnica**

Orientador Célula de Compensação Ambiental – Cecoa  
Alexandre Rodrigues Maia Filho

Orientador Célula APA da Lagoa de Uruaú  
Adriano Sales Coelho

Orientador de Célula APA do Estuário do rio Ceará  
Aline Parente Oliveira

Orientador de Célula APA do Estuário do rio Mundaú  
Ana Michelle da Cruz Silva

Gestor Ambiental  
Andréa de Sousa Moreira

Orientador de Célula Monumento Natural dos Monólitos de Quixadá  
Cícera Cilene Temóteo Moreira

Gestor Ambiental  
Dorys Day Santos da Silva

Orientador de Célula APA das Dunas de Paracuru  
Francisca Sinhá Moreira Evangelista

Orientador de Célula APA da Bica do Ipu  
Henrique Ricardo Souza Ziegler

Orientador de Célula APA do rio Pacoti  
Isabella Mattos e Silva

Orientador de Célula Corredor Ecológico do rio Pacoti  
Inácio José Crisóstomo Prata

Gestor Ambiental  
Hermógenes Henrique Oliveira Nascimento



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
*Conselho de Políticas e Gestão  
do Meio Ambiente*

Orientador de Célula Parque Estadual das Carnaúbas  
João Rafael Muniz Silva

Assessora Técnica  
Karoline Moreira Gomes

Orientador de Célula Parque Estadual Marinho da Pedra da Risca do Meio  
Leonardo Hislei Uchôa Monteiro

Orientador de Célula APA do Pecém  
Leyla Maria de Oliveira Barros

Orientador de Célula APA da Lagoa de Jijoca  
Luzilene Pimentel Sabóia

Orientadora Célula de Conservação Diversidade Biológica (Cedib)  
Maria do Socorro Ferreira de Azevedo

Orientador de Célula APA do Lagamar do Cauípe  
Maria Tacianne Lima Araújo

Orientador de Célula Parque Ecológico do rio Cocó  
Ramon Nantes Donatti

Orientador de Célula APA da Serra de Baturité  
Ricardo Loiola Edvan

Orientador de Célula ARIE do Sítio Curió  
Rosa de Lisieux Urano de Carvalho Ferreira

Orientador de Célula Parque Estadual Sítio Fundão  
Rose Mary Feitosa Macedo

Orientador de Célula Monumento Natural das Falésias de Beberibe  
Ruy Fraga

Orientador de Célula Estação Ecológica do Pecém  
Telma Rodrigues Sampaio



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Conselho de Políticas e Gestão  
do Meio Ambiente*

Orientador de Célula APA do rio Curú  
Tereza Emanuelle da Silva Costa

**Apoio e Logística**

Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente - CONPAM  
Superintendência do Meio Ambiente do Estado do Ceará - SEMACE  
Coordenadoria de Biodiversidade - Cobio

**Desenho e Arte Final**

Adriano Sales Coelho  
Leonardo Hislei Uchôa Monteiro

**Revisão Final**

Andréa de Sousa Moreira  
João Rafael Muniz Silva  
Leonardo Hislei Uchôa Monteiro  
Hermógenes Henrique Oliveira Nascimento

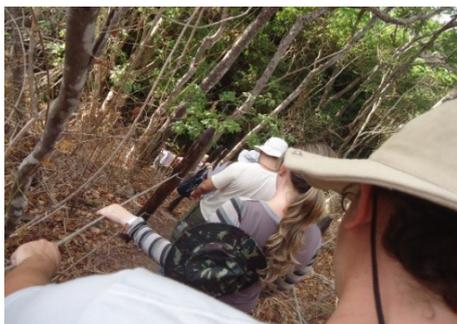
**Agradecimentos**

Tribunal de Contas do Estado do Ceará - TCE  
Associação Caatinga  
Coordenadoria de Articulação e Educação Ambiental – Coeas  
Coordenadoria de Desenvolvimento Sustentável – Codes



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Conselho de Políticas e Gestão  
do Meio Ambiente*

**Encontro de Avaliação da Efetividade de Gestão e Implementação das Unidades de Conservação  
Estaduais (I EIGUC)**





## APRESENTAÇÃO

Esse documento apresenta os resultados obtidos com a avaliação de efetividade de gestão e implementação das unidades de conservação no Ceará, a fim de garantir maior eficiência na busca de resultados das ações do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente (CONPAM), responsável pela gestão das unidades de conservação estaduais, com o desenvolvimento de políticas necessárias a proteção do patrimônio natural cearense e a consolidação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC).

Uma análise dos vários aspectos que atestam a efetividade de gestão e implementação das 22 (vinte e duas) unidades de conservação e 1 (um) corredor ecológico estaduais foi realizada com base na metodologia do Tracking Tool, ferramenta de avaliação de efetividade de gestão em unidades de conservação baseada no modelo desenvolvido pela Comissão Mundial de Áreas Protegidas (CMAP) da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN).

A aplicação do Tracking Tool contou com três momentos: Aplicação dos questionários on line, levantamento das causas e elaboração de propostas (ação, como, atores, quando), com o planejamento de recomendações para o período de 2013-2014, discutidas e priorizadas em plenária, numa construção participativa.

A avaliação das unidades de conservação estaduais constitui um marco inicial para que futuras avaliações possam comparar seus resultados com os obtidos nesse período, revelando, dessa forma, um panorama da situação atual e possibilitando o monitoramento de melhorias na efetividade e criação dessas unidades.

Por fim, o I EIGUC foi um produto da ação e disponibilidade de orientadores de células, gestores ambientais da Coordenadoria de Biodiversidade (Cobio) do Conselho de Políticas e Gestão do meio Ambiente (CONPAM) que contribuíram para a elaboração desse documento e que vem expressar as necessidades básicas e essenciais para a efetividade de gestão e implementação de nossas unidades de conservação.



## SUMÁRIO

<b>SUMÁRIO .....</b>	<b>8</b>
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2. OBJETIVO.....</b>	<b>11</b>
<b>3. PLANEJAMENTO.....</b>	<b>11</b>
3.1. GESTO - SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DO ESTADO DE TOCANTINS .....	12
3.2 . VISITA A SERRA DAS ALMAS .....	13
3.3 . CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA.....	14
<b>4. AVALIAÇÃO DE EFETIVIDADE DE GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS.....</b>	<b>15</b>
4.1. RODA DE CONVERSA – PERCEPÇÃO DO GRUPO .....	15
4.2. RODA DE CONVERSA – VISÃO DO FUTURO.....	15
4.3. APRESENTAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ (TCE).....	16
4.4. O INSTRUMENTO E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO: QUESTIONÁRIO <i>ON LINE</i> DE AVALIAÇÃO .....	16
4.4.1. PROPOSTA PARA TODO O ESTADO .....	17
4.4.2 RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO <i>ONLINE</i> .....	18
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>29</b>
<b>7. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>29</b>



## 1. INTRODUÇÃO

A Lei nº14.950, de 27 de julho de 2011, instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), transferindo a gestão das Unidades de Conservação da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE) para o Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente – CONPAM.

A nova estrutura organizacional do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente – CONPAM, estabelecida através do Decreto Estadual nº 30.551 de 24 de maio de 2011, criou a Coordenadoria da Biodiversidade (Cobio), que dentre outras atribuições é responsável pela Gestão das Unidades de Conservação.

Consoante a atual estrutura organizacional do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente – CONPAM, estabelecida pelo Decreto anteriormente mencionado, a Coordenadoria de Biodiversidade (Cobio) é composta por três Células, que são: Célula de Gestão das Unidades de Conservação, Célula de Compensação Ambiental e Célula de Conservação da Diversidade Biológica.

Visando aperfeiçoar a gestão das unidades de conservação o Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente - CONPAM realizou Seleção Pública Simplificada para o preenchimento de 23 (vinte e três) cargos em comissão de supervisores de núcleo das unidades de conservação estaduais, conforme Portaria Conjunta CONPAM/SEPLAG Nº01/2011, publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará em 02/09/2011 - Edital Nº001/2011. A nomeação destes servidores foi publicada no Diário Oficial do Estado, Série 3, ano III, Nº 228, de 01 de dezembro de 2011.

O Decreto 30.816, de 25 de janeiro de 2012 - Novo Regulamento do CONPAM traz em seu artigo 34 o rol de atividades de competência dos supervisores de núcleo das unidades de conservação, *in verbis*:

***Art.34. Núcleos das Unidades de Conservação (UCs):***

***I - promover pesquisas e estudos técnicos no âmbito da preservação e conservação ambiental;***

***II - realizar inspeções técnicas e monitoramento ambiental, bem como avaliar estudos de impacto ambiental;***



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Conselho de Políticas e Gestão  
do Meio Ambiente

- III - elaborar diagnósticos e analisar normas e critérios visando à criação de novas Unidades de Conservação;*
- IV - identificar a vulnerabilidade ambiental das Unidades de Conservação e adotar as necessárias medidas de preservação e conservação de seus recursos ambientais;*
- V - articular o funcionamento dos conselhos gestores das Unidades de Conservação;*
- VI - executar programas, planos e projetos em benefício das Unidades de Conservação;*
- VII - elaborar pareceres, anuências, termos e relatórios, ofícios e comunicações internas;*
- VIII - realizar o atendimento ao público, participar de audiências públicas de interesse das Unidades de Conservação;*
- IX - participar da elaboração, implantação e atualização dos planos de manejo da unidade de conservação;*
- X - participar sistematicamente de educação ambiental nas Unidades de Conservação;*
- XI - executar outras atividades correlatas.*

Diante da nova realidade da política ambiental do Estado do Ceará, através da qual o CONPAM passou a exercer papel preponderante na gestão das unidades de conservação estaduais, fez-se necessário à realização de um evento para avaliar as novas políticas ambientais voltadas às áreas protegidas e propor mudanças para os próximos anos.

Reitere-se que, por se tratar de mudança de competência recente, os atuais supervisores de núcleo encontraram diversas dificuldades para operacionalizar a nova gestão das unidades de conservação, motivo pelo qual o I EIGUC foi fundamental para que referidos profissionais juntamente com gestores ambientais e orientadores de célula da COBIO pudessem avaliar e propor mudanças no intuito de efetivar a gestão das unidades de conservação para os anos de 2013 e 2014.

Com efeito, o I EIGUC teve como seu eixo principal uma visão geral do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) e como as unidades de conservação têm sido criadas e geridas, bem como serviu de base para que fossem formuladas novas propostas para a gestão e implementação efetiva das unidades de conservação do Estado do Ceará.

O encontro aconteceu entre os dias 03 e 08 de dezembro na cidade de Crateús, sertão do Ceará, mais precisamente na Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Serra das



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Conselho de Políticas e Gestão  
do Meio Ambiente*

Almas, a qual é administrada pela Associação Caatinga, que muito gentilmente disponibilizou sua estrutura e funcionários para a realização desse evento. A imersão na RPPN Serra das Almas permitiu também, o conhecimento sobre uma unidade de conservação particular quanto sua efetividade de gestão e projetos sustentáveis desenvolvidos no seu entorno.

Nos dias voltados ao levantamento das causas e elaboração de propostas, esteve presente uma comissão do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE), a qual propôs sua participação como um aprendizado conjunto, entre os órgãos estaduais.

O apoio e acompanhamento de todo o processo de construção do I Encontro de Avaliação de Efetividade de Gestão e Implementação das Unidades de Conservação no Ceará pela Secretaria Executiva do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente (CONPAM) e Coordenadoria de Biodiversidade (Cobio) representada, respectivamente, por José Iraguassú Teixeira Filho e Luiz Gustavo Fagundes Bezerra foram essenciais para a realização do mesmo.

## **2. OBJETIVO**

I Encontro de Avaliação de Efetividade de Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Estaduais (EIGUC) teve como objetivo o fortalecimento do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) com a consolidação de propostas de melhorias para as células de criação de unidades de conservação e compensação ambiental, implementação do Cadastro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) e gestão das UCs estaduais, para o período de 2013 e 2014.

## **3. PLANEJAMENTO**

A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Serra das Almas mantida pela Associação Caatinga é uma unidade de conservação particular, com 6.146 hectares de área protegida, sendo reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como Posto Avançado da Reserva da Biosfera, devido abrigar uma parte representativa da caatinga, no sertão de Crateús-CE.



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
*Conselho de Políticas e Gestão  
do Meio Ambiente*

O primeiro contato com o gestor dessa unidade de conservação, Ewerthon Torres Melo, foi feito em junho de 2012, durante o curso de Resgate de Fauna e Flora e Recuperação de Área Degradada. Na ocasião, manifestou-se o interesse em conhecer essa RPPN, bem como as atividades desenvolvidas dentro (pesquisa científica, recreação, visitação escolar) e fora (projetos voltados para as comunidades do entorno) da unidade, seus instrumentos de gestão e a aplicabilidade, avaliando a possibilidade em replicar, dentro da realidade de nossas unidades de conservação, as experiências desenvolvidas.

Posteriormente, com o amadurecimento da ideia e a evidente necessidade de uma avaliação da efetividade de gestão e implementação das unidades de conservação estaduais visando à consolidação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), oficializou-se a demanda do I EIGUC, por meio da CI nº199, em 18 de outubro de 2012, com uma programação de atividades que associava capacitação com a equipe da Associação Caatinga e avaliação das UC estaduais sob administração do CONPAM, tendo como convidado o Tribunal de Contas do Ceará (TCE).

A seguir, uma descrição sucinta de todo o processo de construção e planejamento do I EIGUC, evidenciada em tópicos sobre o Gesto (Sistema Informatizado de Gestão do Estado de Tocantins), Visita a Serra das Almas e a Construção participativa.

### **3.1. GESTO - SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DO ESTADO DE TOCANTINS**

O Sistema Informatizado de Gestão do Estado de Tocantins (GESTO) foi lançado pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semades), do Estado de Tocantins, e o Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS), órgão estadual responsável pela execução das políticas públicas voltadas para a preservação e conservação dos recursos naturais, desenvolvido em linguagem aberta e operado sobre plataforma *Web* ([www.gesto.to.br](http://www.gesto.to.br)).



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Conselho de Políticas e Gestão  
do Meio Ambiente*

Criada, em parceria com a TNC (The Nature Conservancy), o GESTO é uma ferramenta que objetiva sistematizar e facilitar os processos de criação e de gestão das unidades de conservação.

Por ocasião do VII CBUC (Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação da Natureza), nesse ano, em Natal-RN, o coordenador do Programa de Conservação das Savanas Centrais da TNC – The Nature Conservancy, Henrique Garcia ministrou a palestra: “Gestão de Sistema de UCs: plataforma Tocantins”.

A ocasião foi oportuna para a aproximação e troca de experiências entre os representantes dos Estados, quanto às dificuldades relacionadas à gestão das unidades de conservação, resultando, posteriormente numa web conferência, em 21 de novembro de 2012, com a participação de alguns gestores, supervisores e técnicos da Célula de Tecnologia da Informação e Comunicação (CETIC) com Henrique Garcia, cujo objetivo foi conhecer melhor e com mais detalhes, os recursos e a operacionalização técnica do sistema, bem como, avaliar os benefícios da implantação dessa ferramenta para uma efetividade na gestão das UCs, inseridas no território cearense.

### **3.2. VISITA A SERRA DAS ALMAS**

Os primeiros dias do I EIGUC (3, 4 e 5/12), conforme a programação das atividades possibilitou o conhecimento sobre a RPPN Serra das Almas com apresentações, em formato de palestras, a respeito do plano de manejo e processo histórico de implementação da unidade de conservação, as estruturas e funcionamento da sede, apresentação institucional e modelo de conservação, os programas de proteção com a participação de guardas parques, de uso público e o de educação ambiental com a realização de algumas dinâmicas, rodas de conversa e trilhas ecológicas (Lajeiros e Macacos). A visita de campo aconteceu no Centro Ecológico Samuel Johnson onde foi possível verificar os projetos de restauração e tecnologias sustentáveis desenvolvidos.

Nos últimos dias, de acordo com a programação, foi realizada a avaliação de efetividade e gestão e implementação das unidades de conservação estaduais com a presença da equipe de



auditores do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE) e o apoio da equipe da Associação Caatinga.

### **3.3. CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA**

A discussão em plenária das propostas levantadas, a partir dos resultados alcançados e priorizados com a aplicação dos questionários on-line, baseado na metodologia Tracking Tool, além de outras sugeridas e justificadas pelos participantes, realizou-se por meio de uma construção participativa com a contribuição de orientadores de célula, gestores ambientais e supervisores de núcleo de unidade de conservação, resultando no planejamento de propostas para o período de 2013-2014.

Num primeiro momento, após apresentação e discussão dos resultados obtidos com a aplicação dos questionários, realizou-se em plenária, o levantamento das causas desses resultados alcançados, individualmente, por tópico desenhando o que se denominou de Cenário Atual.

Num segundo momento, a partir de cada causa apontada, também em plenária, foram sugeridas propostas, outras sugestões também foram consideradas nessa construção por se julgar necessárias e não contempladas no questionário, com a indicação da ação, dos atores, o como e quando, desenhando o que se denominou de Cenário de Visão de Futuro.

Em todo o processo de desenho dos cenários realizou-se a mediação das falas dos participantes, com a inscrição prévia e tempos determinados, possibilitando a efetivação de uma construção participativa e democrática.

Ainda houve momentos do grupo, através das rodas de conversa, em que as falas sobre sua percepção e visão de futuro foram oportunizadas atentando para a sensibilidade, o envolvimento, as críticas, sugestões, elogios, abraços e canções de forma natural e espontânea buscando a aproximação e integração do grupo.



#### **4. Avaliação de Efetividade de Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Estaduais**

De acordo com a programação, nos dois últimos dias (6 e 7/12) realizou-se a avaliação da efetividade de gestão e implementação das unidades de conservação estaduais com as rodas de conversa (percepção do grupo e visão de futuro), apresentações relacionadas às atribuições da Cobio, do instrumento e metodologia de avaliação utilizada, os resultados preliminares alcançados com a aplicação do questionário e a construção das propostas para o fortalecimento do SEUC, relativo ao período de 2013-2014.

##### **4.1. RODA DE CONVERSA – PERCEPÇÃO DO GRUPO**

A primeira roda de conversa do grupo, antes do início de nossas atividades de avaliação de gestão, realizou-se na área de vivência da RPPN Serra das Almas.

Esse foi o momento em que se buscou conhecer as expectativas de todos quanto ao I EIGUC, o que se tinha vivenciado até aquele momento e o que se esperava nos próximos dias.

O momento foi muito rico em depoimentos, sentimentos, esclarecedor e onde cada pessoa pode expressar-se em seu próprio tempo e à sua maneira por meio da fala e gestos (abraços) levando-nos a influir com mais sensibilidade e uma maior aproximação no grupo.

##### **4.2. RODA DE CONVERSA – VISÃO DO FUTURO**

Esse foi o momento em que se buscou visualizar o cenário desejado para as unidades de conservação nos próximos 5 (cinco) anos, considerando os anseios e expectativas de cada um do grupo, por meio de uma declaração sucinta que naturalmente foi sendo expressa.

O momento aconteceu na noite anterior ao dia planejado para o início da elaboração das propostas - biênio 2013-2014, com o intuito de buscar os elementos motivadores que nos inspirassem para a construção do cenário da visão de futuro para a efetividade de gestão das unidades de conservação estaduais.



### **4.3. APRESENTAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ (TCE)**

A contribuição dos auditores do TCE, nos dias programados para a avaliação das UCs, foi feita por meio de explicações sobre as auditorias realizadas pelo Órgão, bem como, esclarecimentos quanto a que está sendo realizada, em algumas UCs estaduais.

A carência quanto ao conhecimento em orçamento público foi evidenciada pelos auditores, após perceber que durante as discussões em plenária não havia uma clareza no entendimento, por parte dos participantes. Sendo assim, o TCE se propôs a realizar uma capacitação em orçamento público para os técnicos da Cobio/CONPAM.

### **4.4. O INSTRUMENTO E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO: QUESTIONÁRIO *ON LINE* DE AVALIAÇÃO**

O instrumento e a metodologia de avaliação das unidades de conservação, sob administração do CONPAM, basearam-se na metodologia Tracking Tool, o qual foi também, aplicado pelo Projeto Mata Branca de Conservação e Gestão Sustentável do Bioma Caatinga, no início do ano de 2012 e preenchido por alguns supervisores de unidades de conservação, do bioma caatinga.

Tracking Tool é uma metodologia de avaliação proposta pela Aliança Pró-Florestal Banco Mundial/ Rede WWF e aplicada em todos os projetos de áreas protegidas financiados com recursos do Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF) /Banco Mundial, baseada no modelo desenvolvido pela Comissão Mundial de Áreas Protegidas (CMAP) da UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza).

A metodologia consiste na pontuação de indicadores de desempenho das unidades de conservação em relação aos elementos: Contexto, Planejamento, Insumos, Processos e Resultados. Cada indicador pode ser representado por um de quatro cenários que variam de ruim à ideal, com opções intermediárias (notas: 0, 1, 2 e 3).



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Conselho de Políticas e Gestão  
do Meio Ambiente

Para a avaliação preliminar das unidades de conservação estaduais foi incluído o item Perfil da UC e feitas pequenas alterações de nomenclatura. O questionário foi disponibilizado em modo *online* onde pode ser preenchido por todos, em um intervalo de uma semana, com obtenção dos resultados após a confirmação do envio no site.

O questionário foi direcionado aos supervisores de núcleo das unidades de conservação estaduais e esteve disponível para o preenchimento entre os dias 23/11 a 01/12. Foram obtidas 21 (vinte e uma) respostas referentes à situação da efetividade de gestão e implementação, do ano de 2012. Apenas 2 (duas) unidades de conservação não estão representadas na pesquisa: ARIE do Sítio Curió, por problemas de acesso a internet, no período da pesquisa e APA das Dunas da Lagoinha, por falta de supervisor.

Os resultados são parciais, mas observa-se, em geral, o atual quadro do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), com apontamentos fundamentais para a sua melhoria.

O questionário utilizado para a avaliação das unidades de conservação estaduais pode ser acessado pelo endereço:

<https://docs.google.com/spreadsheet/viewform?formkey=dExETXpoamJhbnl0VzJKb0dYLUJN1E6MQ>.

E os resultados obtidos, após a confirmação de envio do questionário preenchido:

<https://docs.google.com/spreadsheet/gform?key=0ApwL-21xf5mjdExETXpoamJhbnl0VzJKb0dYLUJN1E&gridId=0#chart>

#### **4.4.1. PROPOSTA PARA TODO O ESTADO**

Durante a apresentação foram feitas algumas considerações sobre o questionário: melhorar a qualidade da resposta; aumentar o quadro de participantes da avaliação, considerando demandas de criação e implementação de unidades de conservação e de outras esferas administrativas.

Foi então que percebemos a limitação de nossa proposta inicial, devido à avaliação das unidades de conservação apenas da esfera estadual, agravado pela a limitação de recursos humanos que integram a avaliação por falta de funcionários nas unidades de conservação.

Com isso, formulou-se uma proposta de uma avaliação de efetividade, dentre as atuais existentes, que possa ser adaptada e aplicada, de forma regular, a todas as unidades de conservação no Estado do Ceará (federais, estaduais, municipais e RPPN's) em que os



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Conselho de Políticas e Gestão  
do Meio Ambiente

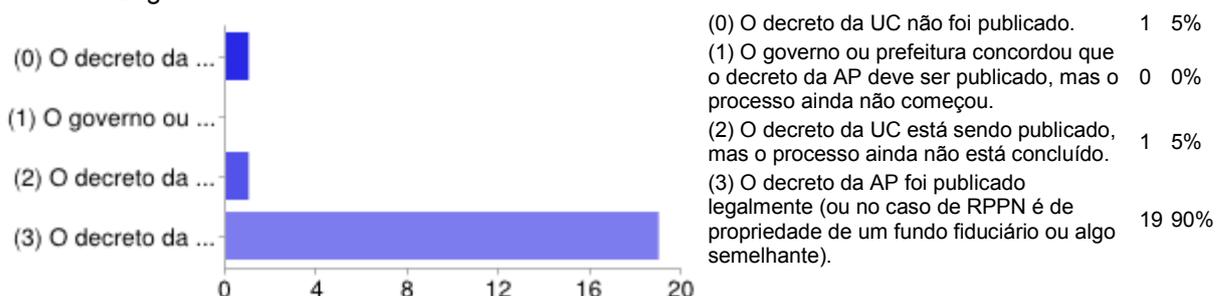
resultados expressem a atual situação da gestão dessas unidades, nos mais variados contextos e esferas administrativas e, que possam ser utilizadas para melhorar a eficácia de gestão das unidades existentes e de outras, recentemente criadas.

#### 4.4.2 RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO ONLINE

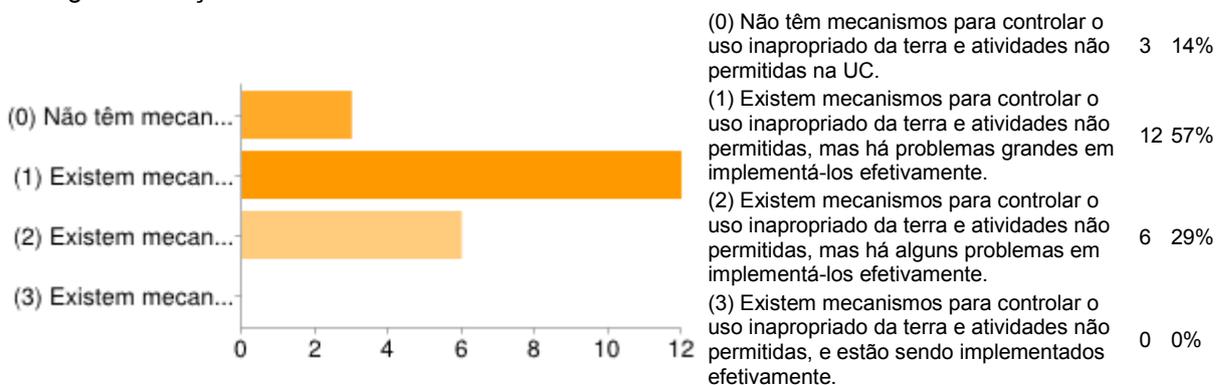
##### I ENCONTRO DE AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DE GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ (I EIGUC)

###### CONTEXTO

###### 1. Status Legal -



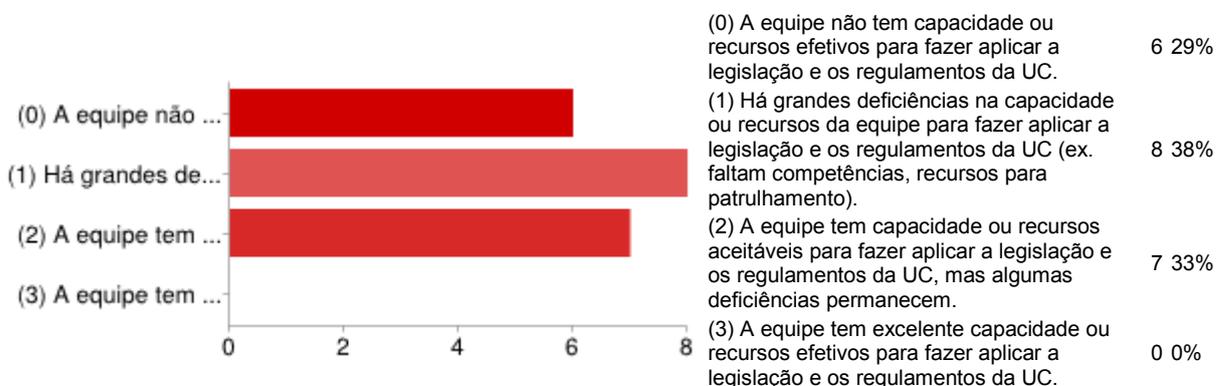
###### 2. Regulamentação da UC -



###### 3. Aplicação da Lei -



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Conselho de Políticas e Gestão  
do Meio Ambiente

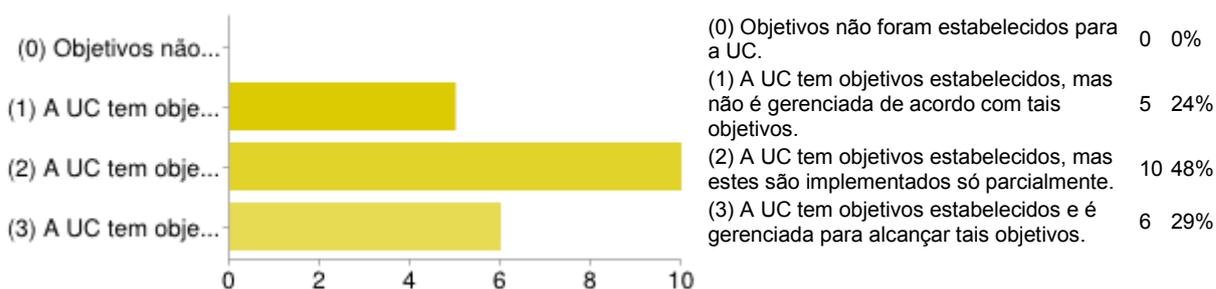


### Observações

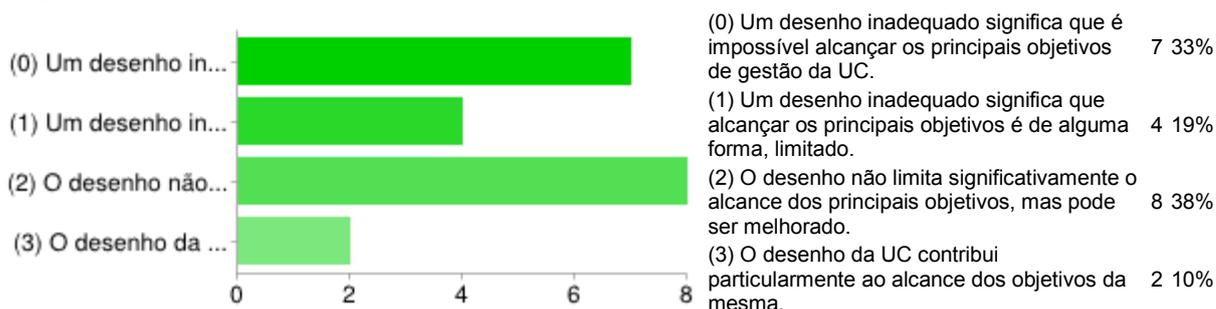
Referente ao item 1: existe instrumento legal que ampara legalmente a UC, mas está inconsistente com os objetivos e vocação da área; Faltam recursos humano e de equipamentos; A equipe tem capacidade, porém a fiscalização só de efetiva através da SEMACE; A questão 1 a opção 3 ficou com a sigla da UC errada "AP". Quanto à questão 3 está sendo capacitação continuada dos funcionários para capacitá-los; Há uma necessidade de implantar uma equipe de profissionais para auxiliar nas atividades administrativas realizada na gestão da UC. Ainda não possui SEDE administrativa o que dificulta a permanência do Supervisor no município; "Como o Conpam não possui competência legal para atuação fiscalizatória nas Unidades, sugiro duas alternativas possíveis: 1. Firmar um termo de ajustamento de conduta para se fazer a fiscalização nas Unidades em períodos estipulados por o órgão competente – SEMACE 2. Propor alteração de competência do Conpam para as Unidades, garantindo assim que possam ser contratados agentes com poder de fiscal e atuação somente na área da UC."; 1- decreto já foi criado embora se encontre em processo de regularização fundiária; A desestruturação do Conselho Gestor da APA (encontrado inativo) e não utilização do Plano de Manejo (não publicado oficialmente) afeta consideravelmente a gestão da unidade; Fica difícil a aplicação da Lei com a fiscalização sendo feita por outro órgão e sabendo que a justiça usa dois pesos e duas medidas, segundo o próprio presidente do STF, Joaquim Barbosa.

## PLANEJAMENTO

### 4. Objetivos da UC -



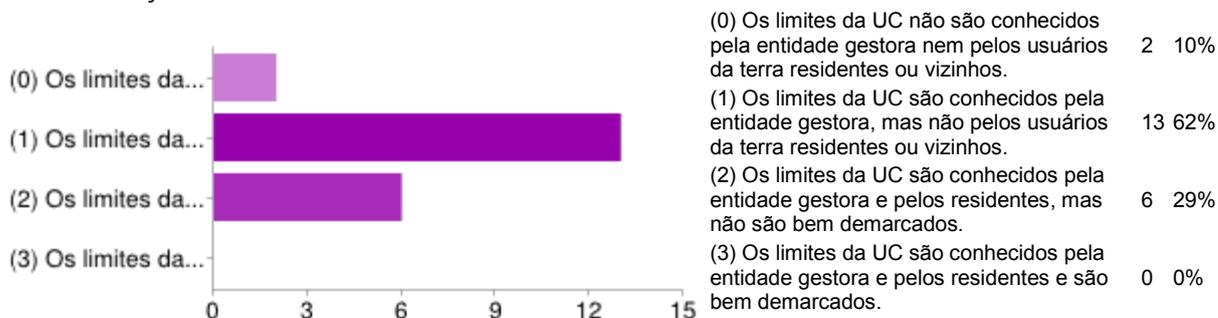
### 5. Desenho da UC -



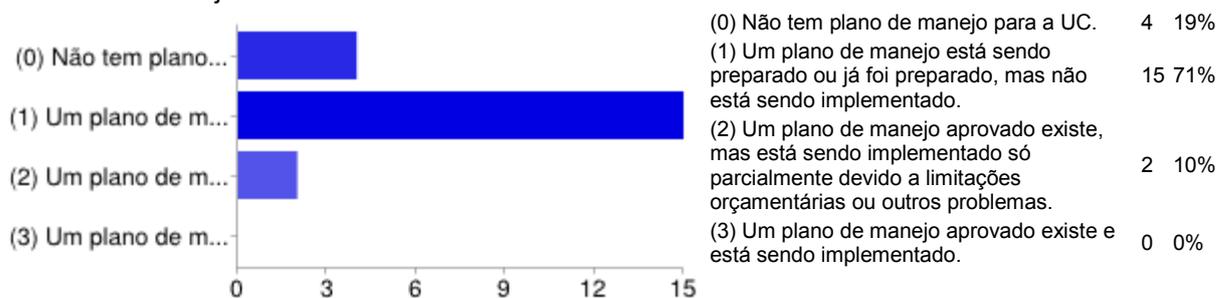


GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Conselho de Políticas e Gestão  
do Meio Ambiente

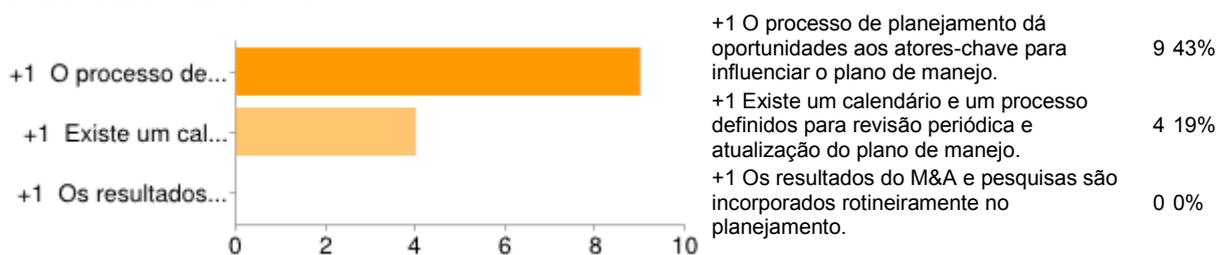
6. Demarcação dos Limites da UC -



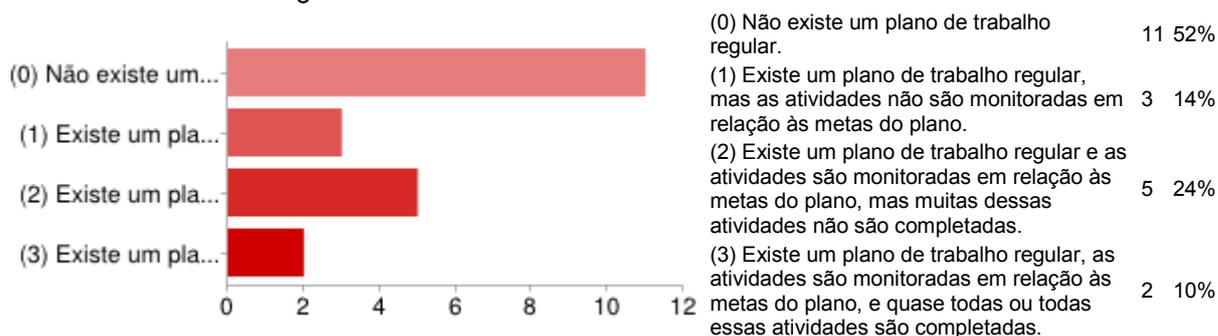
7. Plano de Manejo -



Pontos Adicionais - Item 1



8. Plano de Trabalho Regular -





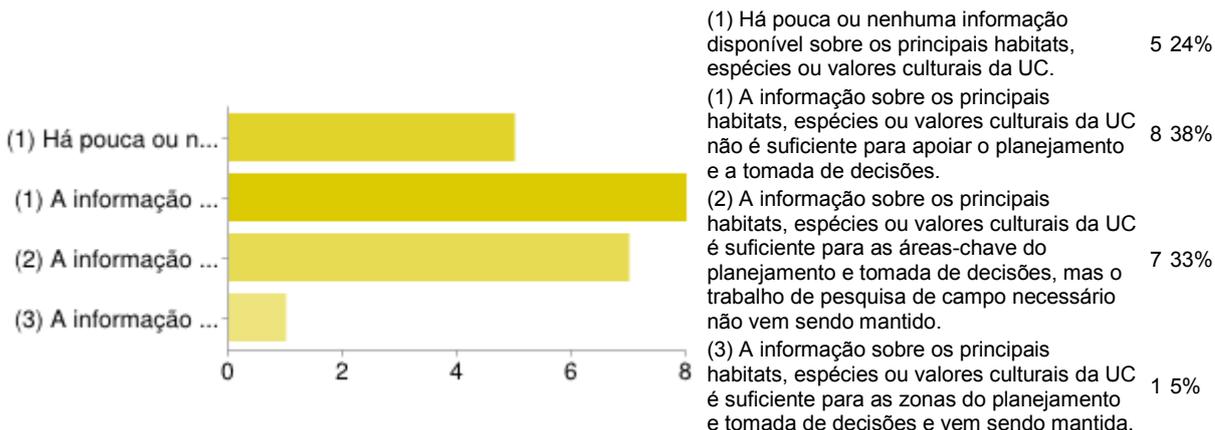
GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Conselho de Políticas e Gestão  
do Meio Ambiente

### Observações

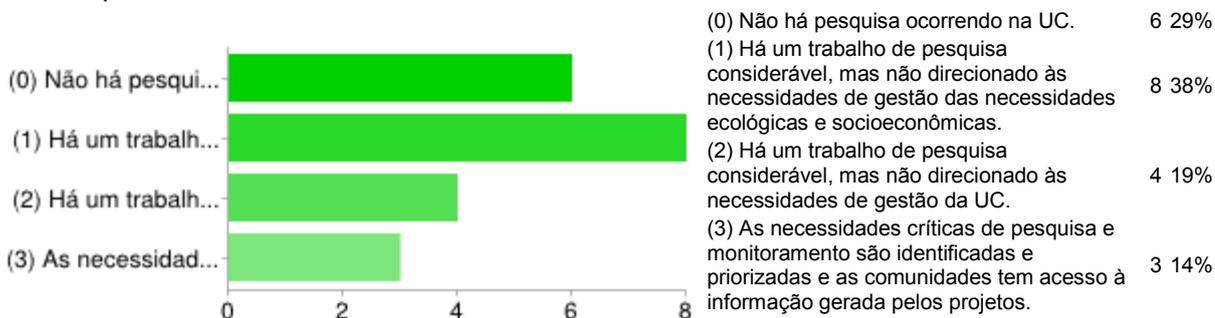
Referente ao item 7: não existe, mas estamos em processo de elaboração de TR e convênio de cooperação para execução; "Na questão 6, importante considerar que embora todo Parque esteja delimitado por cerca, a mesma não corresponde aos pontos indicados pelo Decreto nem pelos shape disponibilizado pela SEMACE; Existe um plano mensal das atividade e são monitorados, mas muitas vezes não são executados por falta de material adequado."; "Deve ter uma aplicação de um orçamento mensal, garantido para a UC e permitido efetiva gestão, pois a Unidade de conservação Monólitos de Quixadá não possui recurso nenhum dificuldade e atrasando a tomada de decisão; Há uma necessidade de envolver todas as unidades de conservação para que seja firmado um plano de trabalho com prioridades de atividade para efetiva gestão da UC."; Visando cumprir o lado social da existência das Unidades de Conservação, penso que deveríamos ter uma "prestação de contas" com a comunidade diretamente ou indiretamente afetada por a UC. Não falo de recursos, mas de o que foi feito, o que não foi por quê? Falar das pesquisas desenvolvidas, salientando o potencial de cada UC e sua importância. Tal atividade iria compor o Plano de Trabalho Anual e poderíamos utilizar o NEXUS para avaliação mensal ou trimestral desses dados; Item 8: Plano de Trabalho Participativo em Construção, a ser implementado; 7- existe Plano de manejo, porém desatualizado e sem a definição dos usos conforme zoneamento. Foi feito Termo de referência para a UC. ; A poligonal deverá ser feita novamente, procurando estabelecer seus limites através de marcos visuais.

## INSUMOS

### 9. Inventário de Recursos Naturais -



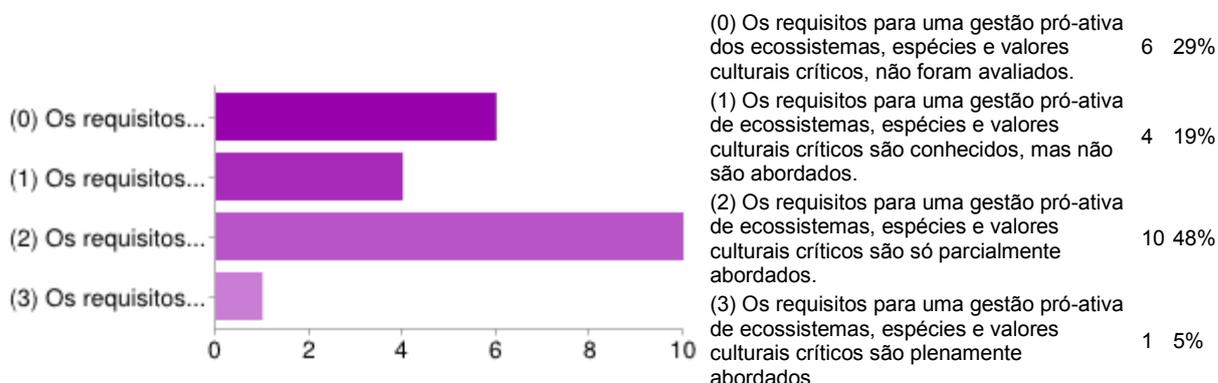
### 10. Pesquisa -



### 11. Gestão dos Recursos Naturais -



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Conselho de Políticas e Gestão  
do Meio Ambiente

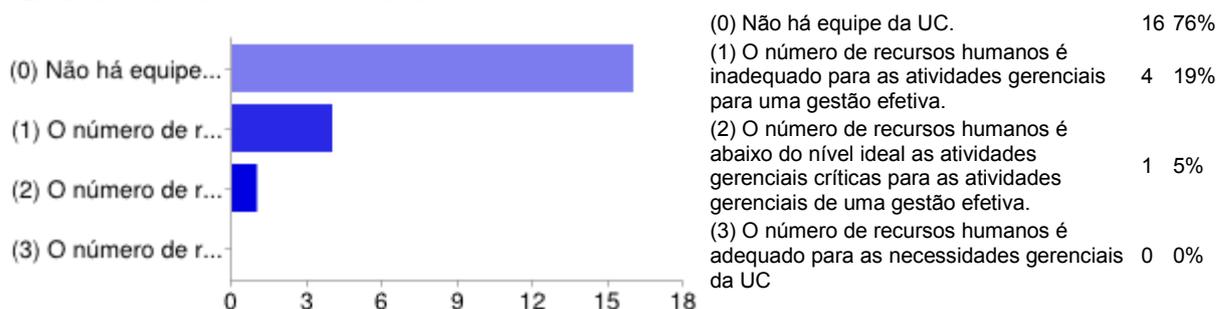


### Observações

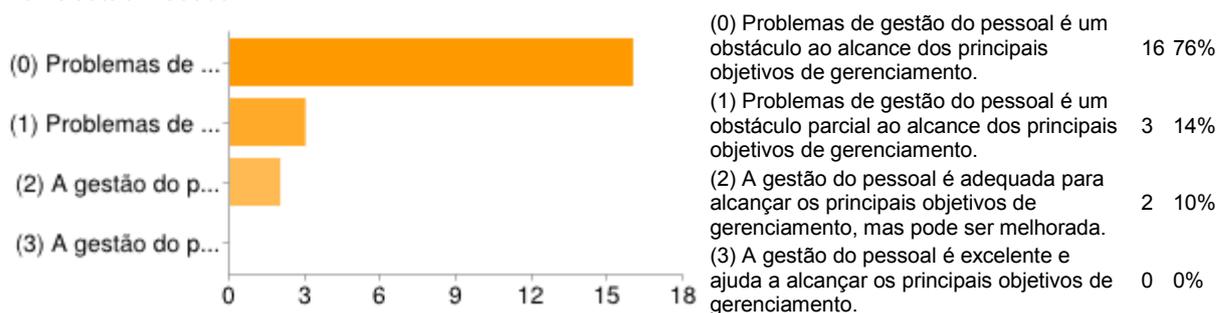
Referente ao item 11: são conhecidos, mas não tão conhecidos; Sobre o item 10 a resposta é a opção 2. Existe uma pesquisa na UC, porém esta auxilia o trabalho de gestão; "São varias as sugestões entre eles: 1- O número de recursos humanos é inadequado para as atividades gerenciais para uma gestão efetiva. 2- O orçamento disponível é inadequado para as necessidades gerenciais básicas e representa um sério obstáculo à capacidade de gestão. 3- Há pouca ou nenhuma manutenção de equipamentos e instalações. 4- Não há cobrança de taxas para visitação da UC.": Mais uma vez há necessidade de ação conjunta com os órgãos responsáveis pela fiscalização - SEMACE e CPMA, a exemplo da caça. Para fogo e outras ocorrências, defendo a implantação de uma brigada pelo menos para os seis meses mais críticos. O corpo de bombeiro não atende prontamente as necessidades do Estado e as UCs não é prioridade 1 para combate; 11-A questão que a fiscalização não é atribuição do supervisor no ato do embargo e sim de um órgão vinculado ao órgão gerenciador das UCs; "Comentário sobre minhas respostas. Questão 9. O Plano de Manejo da APA lista várias espécies vegetais e animais, mas não diz a metodologia utilizada e nenhum caso. Além disso, "" passou batido "" a existência do caranguejo de água doce, que talvez seja o único do Ceará. Por isso coloquei que existem informações, mas não ajudam tanto. Questão 10. Existe uma pesquisa de professores da URCA sobre o caranguejo, que já vieram coletar me enviou relatório. Mas não passou disso."

## PROCESSO

### 12. Quantidade de Recursos Humanos -



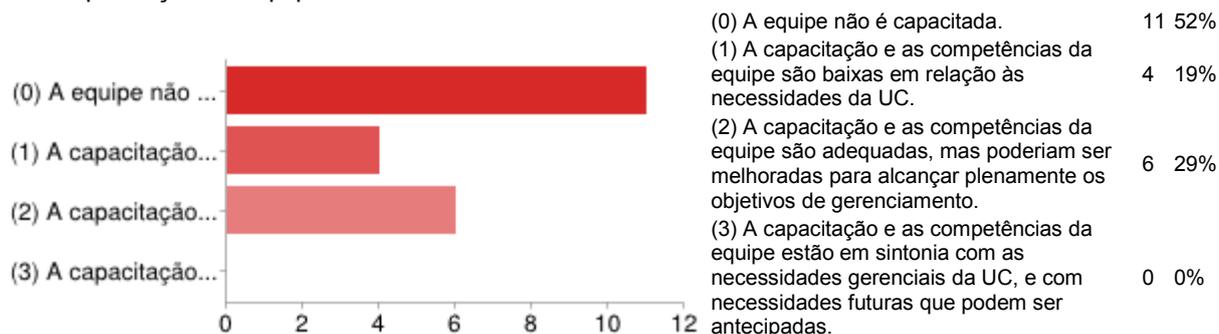
### 13. Gestão Pessoal -



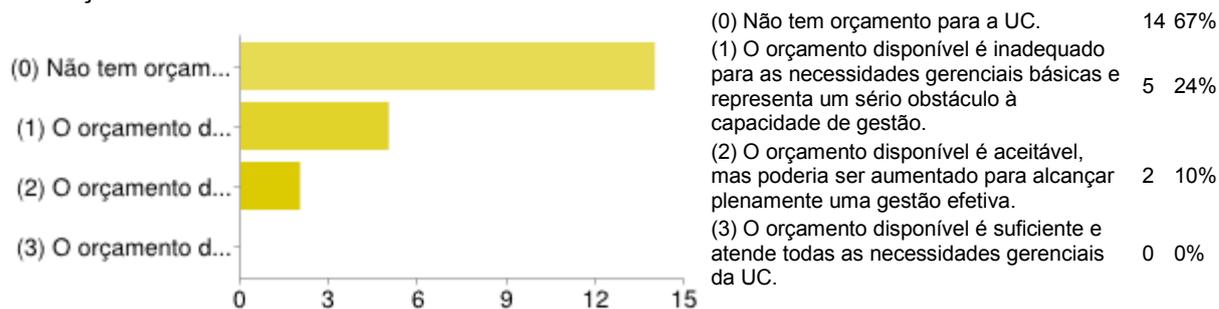


GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Conselho de Políticas e Gestão  
do Meio Ambiente

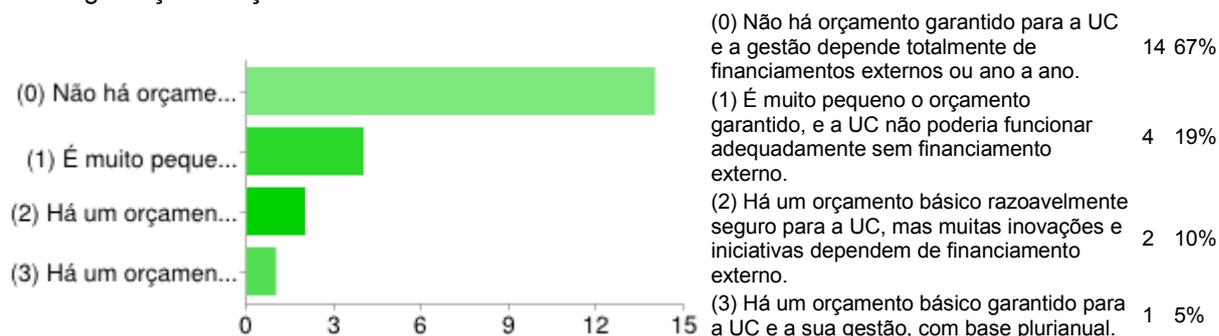
14. Capacitação da equipe -



15. Orçamento corrente -



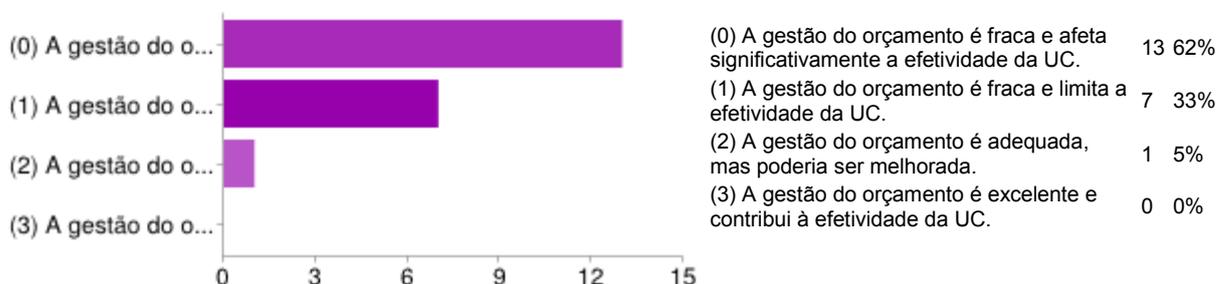
16. Segurança do orçamento -



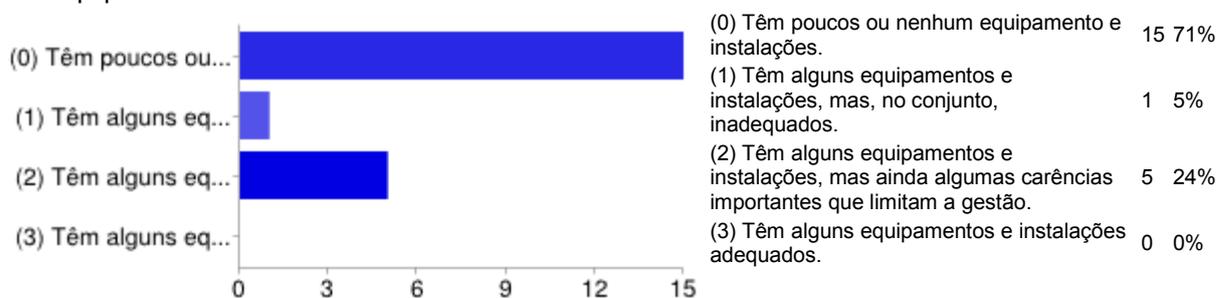
17. Gestão do orçamento -



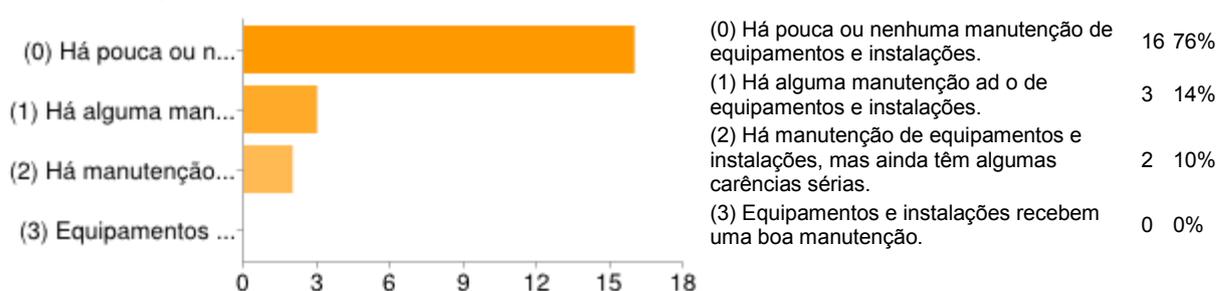
GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Conselho de Políticas e Gestão  
do Meio Ambiente



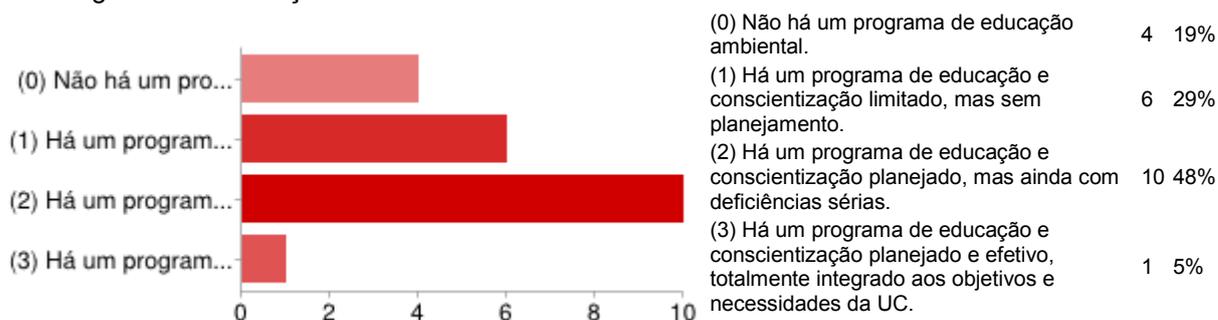
18. Equipamentos -



19. Manutenção de equipamentos -



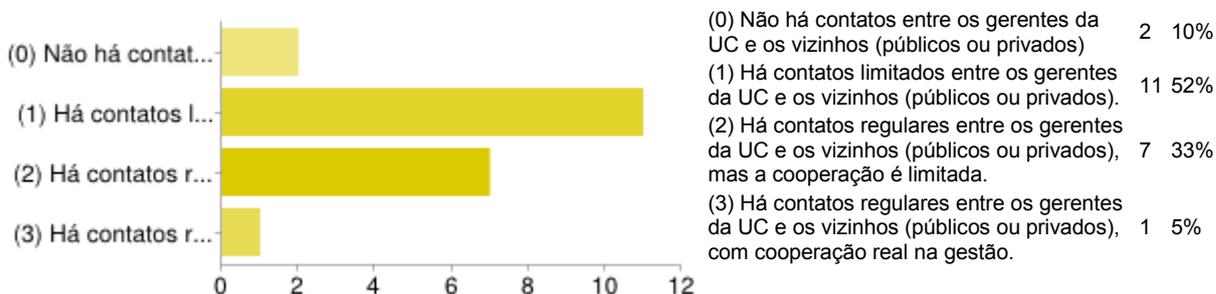
20. Programa de Educação Ambiental -



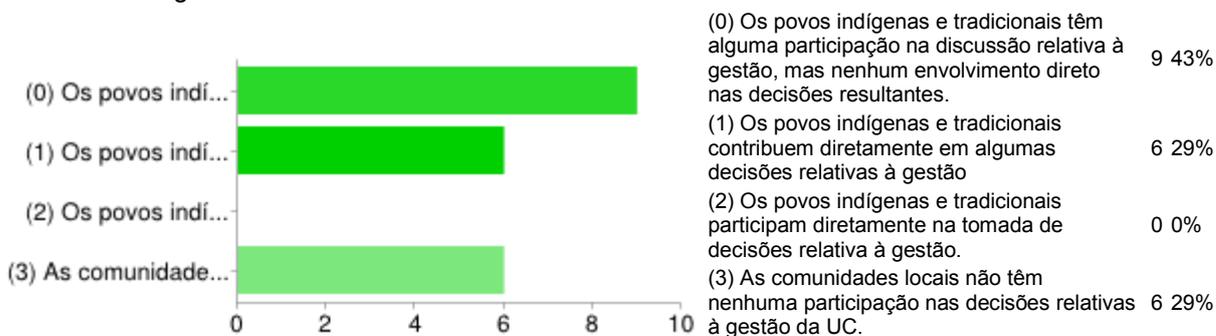


GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Conselho de Políticas e Gestão  
do Meio Ambiente

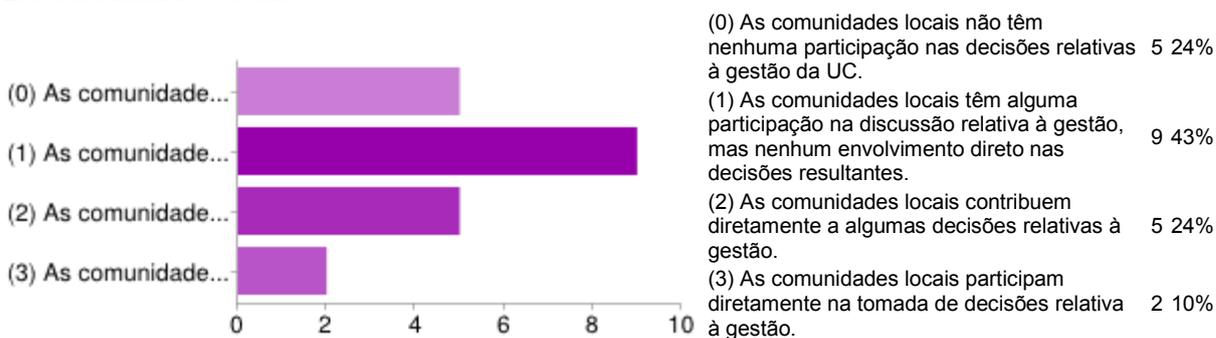
21. Vizinhos Públicos e Particulares -



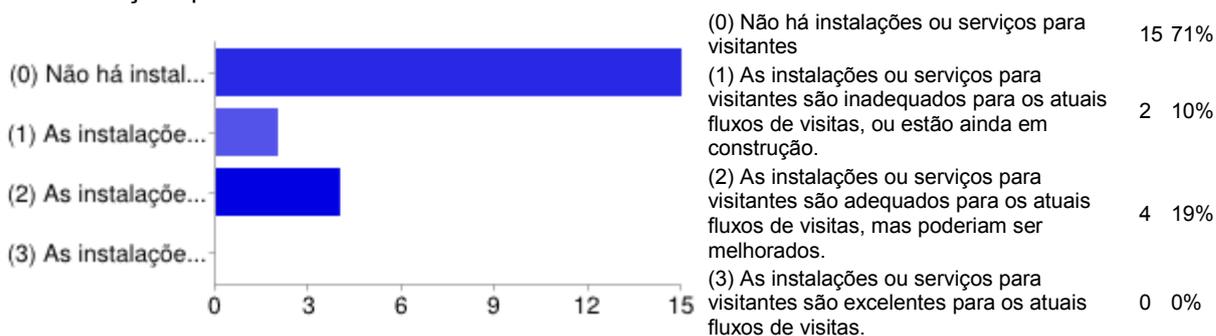
22. Povos indígenas -



23. Comunidades locais -



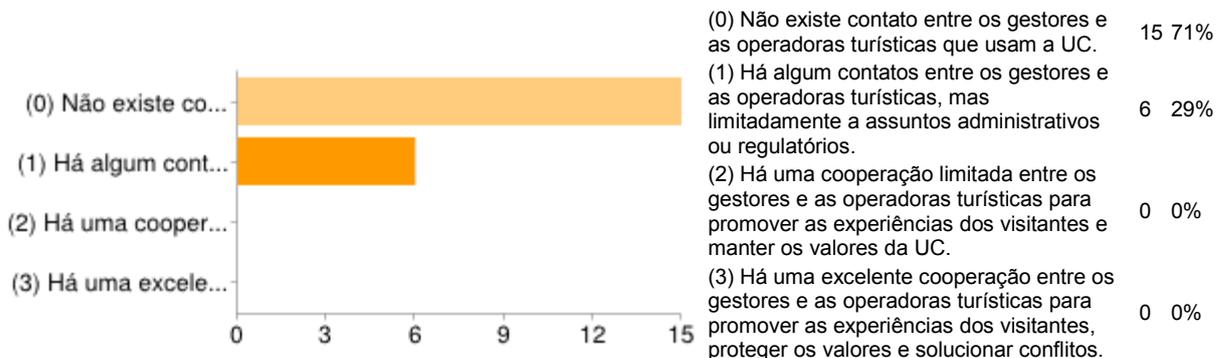
24. Instalações para visitantes -





GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Conselho de Políticas e Gestão  
do Meio Ambiente

25. Turismo comercial -

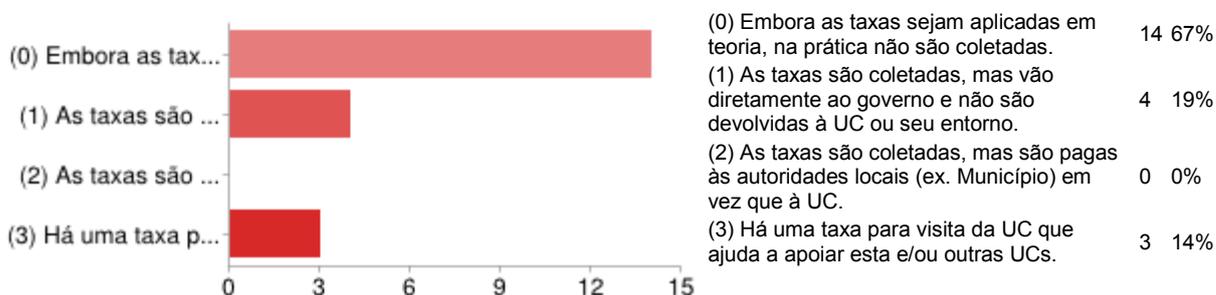


Observações

"referente ao item 13: não existem problemas de gestão pessoal por que não existe equipe; referente ao item 20: o programa de educação ambiental é do estado e não da UC; Referente ao item 24: está sendo construído a sede."; Existe comunidade indígena mais essas não participam da gestão, apesar de fazer parte do Conselho Gestor da APA; Item 22. Não há povos indígenas na UC, mas as comunidades tradicionais, (pescadores, agricultores, artesãos), participam das discussões através das reuniões promovidas pela gestão da UC; "Implementar a montagem de um escritório com SEDE a fim de melhorar as atividades administrativas; Fornecer recursos para investir em infraestrutura para recepcionar os turistas."; "Para o item 23, com enfoque na contextualização, acho pertinente perguntar se a UC possui Conselho Consultivo ou Deliberativo formado e atuante; Quanto aos recursos ou aplicação destes, a UC poderia ter mais autonomia ou se tem deixar claro essa informação para nós, ou ainda, que saibamos os gastos efetuados para controle."; "Quanto à equipe ainda se encontra em processo de licitação a contratação de jardineiro, bombeiro, eletricitas e técnicos de nível médio. Por enquanto apenas 01 vigilante; 22- Indígenas fora da área da estação, porém no entorno. 24-Aguardando ligação de energia elétrica para inauguração. 23- Os representantes das comunidades, associações e ONGs estão em fase de composição do conselho gestor da uc, onde a primeira reunião acontecerá em 28.11.2012."; "Questão 21. Acho que não se aplica às APAs; Questão 22. Não existem populações tradicionais na APA."; NÃO EXISTE A OPÇÃO QUE NÃO EXISTEM COMUNIDADES INDÍGINAS DENTRO DA UC - PERGUNTA 22; Nunca foi realizada manutenção nos equipamentos. Por ser Parque da Copa, está prevista a construção de sede para o Monumento Natural das Falésias de Beberibe. Quando vão começar?

PRODUTO

26. Taxas -



Observações

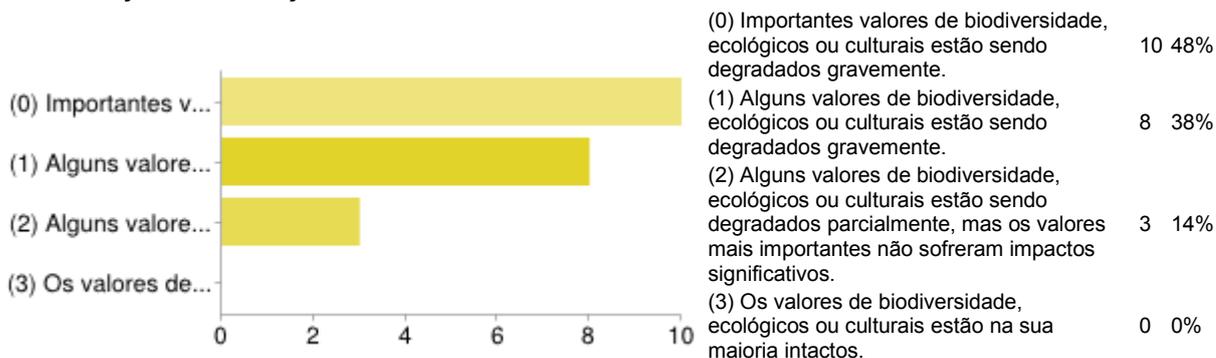
"Foi marcado a opção 0 (zero), porém não existe a cobrança de taxas; Em relação ao controle de acesso (pergunta a baixo), foi marcado a opção 0 (zero) mais não existe esse tipo de controle."; Item 26. Não há cobrança de taxas para visitação na minha UC; No item 26. Não existe cobrança de taxa; "Não há taxas. O Ceará já tem algum documento legal, para essa cobrança? Outro fator, é a utilização de imagem da UC. PS. Como é questão obrigatória e não tem a opção que se adeque a UC, marque aleatória."; A UC é muito restritiva e encontra-se aguardando o Plano de manejo com normas de uso para visitas educacionais e pesquisas científicas; Há a intenção em cobrar taxa de visitação. Só poderá ser cobrada através de OSCIP?



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Conselho de Políticas e Gestão  
do Meio Ambiente

## RESULTADOS

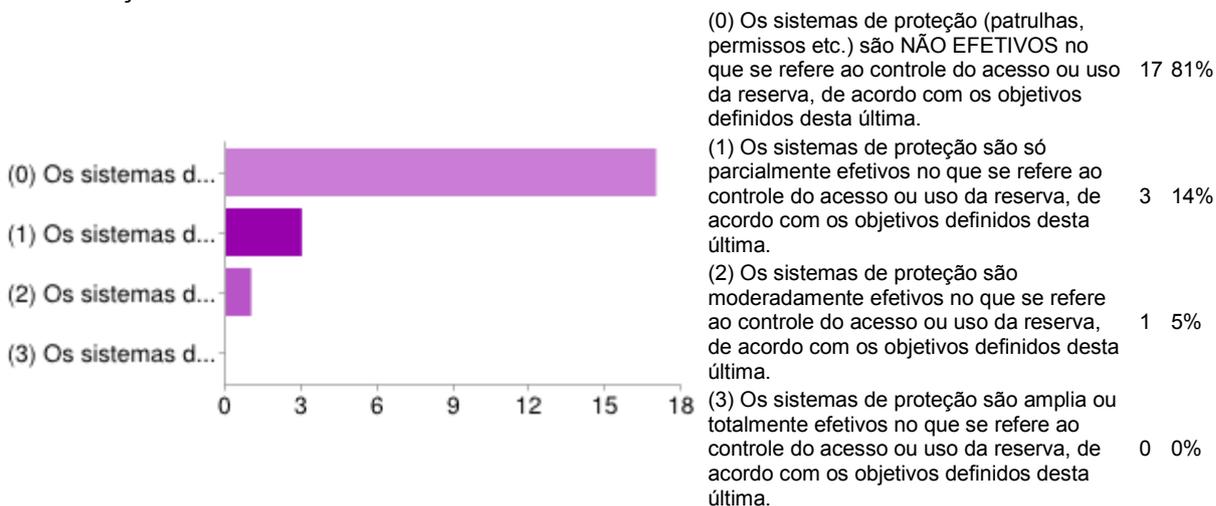
### 27. Avaliação das condições -



### Pontos Adicionais -



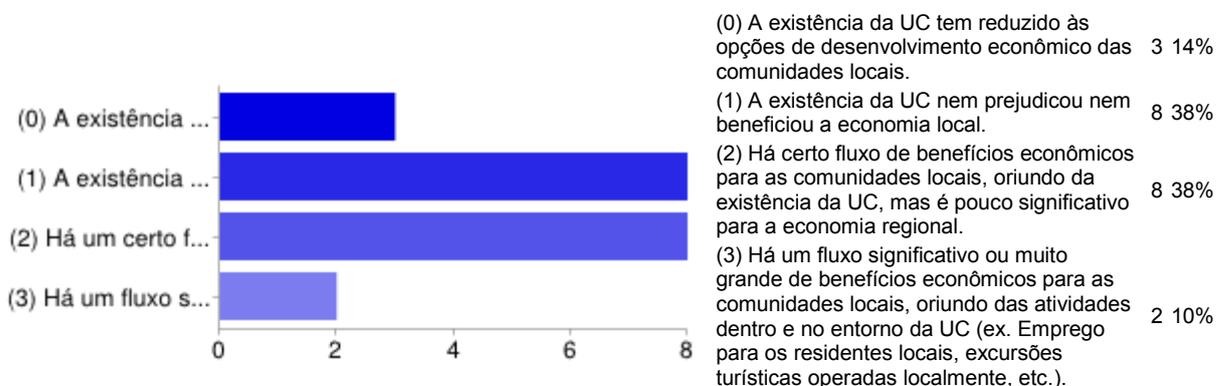
### 28. Avaliação do controle do acesso -



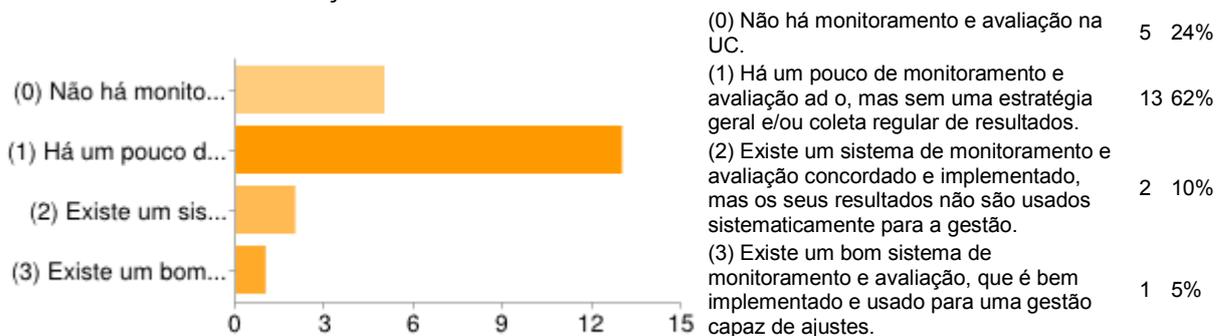
### 29. Avaliação do benefício econômico -



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Conselho de Políticas e Gestão  
do Meio Ambiente



30. Monitoramento e avaliação -



Número de respostas diárias





## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os objetivos do I Encontro de Avaliação de Efetividade de Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Estaduais (EIGUC), os resultados alcançados com a aplicação dos questionários on-line, baseado na metodologia do Tracking Tool, nas unidades de conservação estaduais administradas pelo Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente (CONPAM), permitiu uma avaliação da efetividade de gestão e implementação dessas unidades, resultando em conjunto de propostas para o período de 2013-2014, que deverão promover o fortalecimento, o aperfeiçoamento e a melhoria do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), das células de criação de unidades de conservação e compensação ambiental e do Cadastro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), além de representar um ponto de partida para análises futuras da gestão das unidades de conservação estaduais e de outras, inseridas no território cearense.

## 7. REFERÊNCIAS

- IBAMA; WWF Brasil. **Efetividade de gestão das unidades de conservação federais do Brasil**: Implementação do Metodologia RAPPAM. Brasília: Ibama, 2007.
- WWF-Brasil/IPÊ. **Gestão de unidades de conservação**: compartilhando uma experiência de capacitação. Organizadora: Maria Olatz Cases. Brasília, 2012, p.125-126.
- BRASIL. **Lei Nº. 9.985, de 18 de julho de 2000**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm)>. Acesso: 04 fev. 2012.
- BRASIL. **Decreto nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto/2002/D4340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/2002/D4340.htm)>. Acesso: 04 fev. 2012.
- CEARÁ. **Lei Estadual nº 14.390, de 07 de julho de 2009**. Disponível em: <<http://www.conpam.ce.gov.br/index.php/legislacao-sobre-ucs>>. Acesso: 04 fev. 2012.
- CEARÁ. **Decreto nº 30.816, de 25 de janeiro de 2012**. Aprova o Regulamento do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente (CONPAM) e dá outras providências. **Diário Oficial [do Estado do Ceará]**, Fortaleza, CE, Série 3, Ano IV. 134, n. 021, 30 jan. 2012. Serie 3, p. 8-15.